



**Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores
Públicos Municipais de Santa Maria/IPASSP-SM**

CONSELHO DELIBERATIVO

Ata nº 284/2023

No dia 01 do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Deliberativo do IPASSP-SM na sede do Instituto, na qual se fizeram presentes os seguintes conselheiros: **Rafael Gomes Torres, Deise da Silva e Juliana Corrêa Moreira**, representantes do SINPROSM; **Vanessa da Silva Pontes e Thanise Azzolin dos Santos**, representantes do Poder Executivo; **Venancio da Silva Anschau**, representante do Poder Legislativo; **Márcio Nunes Ferreira**, representante dos servidores inativos; **Renato Costa**, representante do Sindicato dos Municípios. Além desses, estavam presentes a Diretora-Presidente **Fabiana Neves de Vargas** e o Presidente do Comitê de Investimentos **Adriano Scherer**. Iniciando os trabalhos, todos os presentes concordaram em inverter a ordem dos assuntos da pauta, deixando a prestação de contas para o final da reunião. Primeiramente, tratou-se da **Pauta dos assuntos gerais**: **a)** Em relação à situação dos servidores do Executivo cedidos ao IPASSP-SM, a Diretora-Presidente informou que os servidores que não possuem Função Gratificada tiveram suas portarias de cedência renovadas até o final de junho de 2023; quanto aos servidores que possuem Função Gratificada a permanência no Instituto ficou prorrogada até o final de dezembro de 2023, segundo informações do Secretário de Gestão, Sr. Marco Mascarenhas. **b)** Na sequência, a Presidente informou que foi enviado pela atuária responsável pelo último cálculo atuarial, no início de janeiro deste ano, o Relatório de Análises das Hipóteses, conforme Avaliação Atuarial de 2022, referente ao ano-base 2021. Referido relatório é de fundamental importância e deve acompanhar o próximo Relatório do Cálculo Atuarial a ser desenvolvido no decorrer deste ano. **c)** O credenciamento de instituições financeiras e de fundos de investimentos, realizado em 23/12/21, permanece válido até o final do ano de 2023, nos termos na Portaria MTP nº 1.463/22 que alterou o prazo de validade de um ano para dois anos. No entanto, a autarquia poderá iniciar novo processo de credenciamento no decorrer deste ano para incluir ao seu portfólio novos fundos de investimentos de instituições públicas ou privadas, caso entenda necessário; **d)** A Diretora informou que foi aprovado junto à Câmara de Vereadores, no mês de dezembro de 2022, a Lei nº 6.721/2022, que trata do “Plano de Custeio do Passivo Atuarial”; O Presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer lembrou que, em virtude da aprovação desta lei, a partir do mês de abril de 2023 as alíquotas serão substituídas por aportes financeiros; **e)** Também foi aprovada a Lei nº 6.712/2022 que trata da “Suspensão da Contribuição Patronal para o Fundo de Saúde”, e **f)** Na última sessão plenária da Câmara de Vereadores foi aprovada a “Lei nº 6.715/2022, que trata da alteração de cargos e funções gratificadas do Poder Executivo”, sendo que este instrumento legal deverá sofrer modificações a fim de esclarecer sobre os vencimentos dos servidores ativos e inativos do IPASSP-SM. Conforme parecer nº 013/2023 da Procuradoria Geral do Município, até que sejam aprovadas as alterações na Lei nº 6.715/2022, a autarquia manterá inalterados os pagamentos dos servidores ativos do instituto, bem como dos aposentados oriundos do IPASSP-SM, aplicando a paridade apenas para os servidores inativos oriundos do Poder Executivo. **g)** Quanto ao plano de capacitação dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal a Diretora explicou aos presentes sobre a intenção da AGIP de realizar um treinamento na cidade de Santa Maria, nos dias 20, 21 e 22 de março de 2023, para cerca de 50 pessoas. Segundo Of. nº 001/2023, recebido da AGIP no dia 25 de janeiro de 2023, a Associação precisaria de apoio para a reserva de um local com espaço adequado, retroprojetores, mesas e cadeiras para a realização do evento. Os representantes do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria (SINPROSM) se disponibilizaram a conseguir a reserva do salão do SINPROSM para a realização do curso, ficando a Diretora encarregada de enviar o ofício da AGIP para o Sindicato dos Professores, formalizando assim o pedido. A Diretora mencionou, ainda, a necessidade de se elaborar alguns critérios para a participação dos Conselheiros em eventos previdenciários fora de Santa Maria, mencionando que o Conselheiro Fiscal Rafael Freitas havia solicitado permissão para participar de um Seminário da AGIP em Gramado-RS, a ocorrer no mês de maio de 2023. Todos os presentes na reunião foram favoráveis à participação do Conselheiro Fiscal Rafael Freitas, até pelo fato do mesmo já ter obtido a Certificação Básica para membros do Conselho Fiscal. Ficou acordado entre os presentes que, caso os Conselheiros queiram participar de eventos



**Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores
Públicos Municipais de Santa Maria/IPASSP-SM**

CONSELHO DELIBERATIVO

fora de Santa Maria, deverão se reportar ao Presidente do Conselho a fim de que o mesmo envie um ofício com a relação dos nomes para o IPASSP-SM, oficializando o pedido. A autarquia seguirá as mesmas regras que o Executivo utiliza para o pagamento de diárias, pagando a diária conforme o padrão do cargo do servidor, além das passagens rodoviárias com seguro. Voltando para o primeiro item da pauta foi apresentada a **prestação de contas dos meses de novembro e dezembro de 2022**. O Presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, informou aos presentes que outros relatórios poderão ser confeccionados e apresentados aos Conselheiros nos próximos meses, devido a exigências do Tribunal de Contas do Estado, no sentido de dar maior conhecimento ao colegiado da situação financeira do RPPS. Feitas estas considerações, passou a apresentar primeiramente os relatórios contábeis do mês de **novembro/22**, demonstrando que: a) Os valores relativos às retenções e repasses das contribuições previdenciárias e de assistência à saúde do Poder Executivo e do Poder Legislativo ocorreram regularmente dentro do prazo legal; b) Em relação às despesas para o pagamento de benefícios do plano previdenciário, conforme Balancete da Despesa do Fundo de Previdência, em novembro/22 foi liquidado o montante de R\$ 15.173,756,92, referente à folha coletiva do IPASSP-SM; já em relação às despesas com benefícios das folhas de pagamento da PMSM-Encargos e CV-Encargos (Lei nº 4.938/06), foram liquidados em novembro de 2022 os valores de R\$ 698.980,31 e 60.651,84, suportados com o recebimento dos aportes financeiros para cobertura; e, para o Fundo de Assistência à Saúde, foi liquidado o valor de R\$ 1.240.065,95 com o pagamento da Fatura da Unimed Santa Maria – RS; c) Relativo à taxa de administração de 2% para manutenção das atividades administrativas do RPPS, o valor de despesa acumulada até novembro de 2022 é de R\$ 4.875.330,27, o que representa um percentual de utilização acumulado no ano de 125,44% em relação aos valores recebidos, o que vem sendo complementado por meio dos recursos disponíveis da reserva administrativa da taxa de administração de exercícios anteriores; já para a assistência à saúde, a despesa acumulada em 2022 é de R\$ 1.301.448,73, e representa um percentual de 7,67% em relação às receitas arrecadadas no ano para nesse fundo; d) Em relação aos investimentos no mês de novembro do corrente ano, o presidente do Comitê de Investimentos Adriano Scherer informou os resultados obtidos com as carteiras de investimentos, bem como o atual contexto político e econômico e seus reflexos. No Fundo de Previdência, a rentabilidade auferida no mês de novembro não alcançou a meta atuarial devido à elevação da percepção de risco pelo mercado financeiro frente ao contexto político/econômico; os rendimentos auferidos foram de R\$ 210.703,74, o que, em termos percentuais, representa 0,07%, e meta atuarial de 0,82%. A rentabilidade no ano é positiva e alcança o montante de R\$ 25.696.086,13, ou 9,50%, frente a uma meta atuarial acumulada no ano de 9,94%, com patrimônio total de R\$ 290.794.370,10. Em relação ao Fundo de Saúde, a rentabilidade auferida no mês ficou um pouco abaixo da meta CDI, alcançando R\$ 300.390,28, o que, em termos percentuais, representa 0,99%, e meta de 1,02%. A rentabilidade no ano é positiva e alcança R\$ 3.055.245,92, ou 10,90%, bastante próxima à meta acumulada no ano de 11,14%, com patrimônio total de R\$ 30.293.102,53. O Assessor Técnico Adriano Scherer passou a discorrer sobre os relatórios contábeis do mês de **dezembro/22**, demonstrando que: a) Os valores relativos às retenções e repasses das contribuições previdenciárias e de assistência à saúde do Poder Executivo e do Poder Legislativo ocorreram regularmente dentro do prazo legal; b) Em relação às despesas para o pagamento de benefícios do plano previdenciário, conforme Balancete da Despesa do Fundo de Previdência, em dezembro/22 foi liquidado o montante de R\$ 15.247,191,13 (folha mensal), mais o valor de R\$ 14.864.309,24 (gratificação natalina), referente à folha coletiva do IPASSP-SM; já em relação às despesas com benefícios das folhas de pagamento da PMSM-Encargos e CV-Encargos (Lei nº 4.938/06), foram liquidados em dezembro de 2022 os valores de R\$ 690.983,33 e R\$ 60.651,84 (folha mensal), mais os valores de R\$ 683.340,55 e R\$ 60.651,84 (gratificação natalina), suportados com o recebimento dos aportes financeiros para cobertura; e, para o Fundo de Assistência à Saúde, foi liquidado o valor de R\$ 1.244.574,85 com o pagamento da Fatura da Unimed Santa Maria – RS; c) Relativo à taxa de administração de 2% para manutenção das atividades administrativas do RPPS, o valor de despesa acumulada até dezembro de 2022 é de R\$ 4.259.534,61, o que representa um percentual de utilização acumulado no ano de 130,79% em relação aos valores recebidos, o que vem sendo complementado por meio dos recursos



**Instituto de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores
Públicos Municipais de Santa Maria/IPASSP-SM**

CONSELHO DELIBERATIVO

disponíveis da reserva administrativa da taxa de administração de exercícios anteriores; já para a assistência à saúde, a despesa acumulada em 2022 é de R\$ 1.464.429,60, e representa um percentual de 7,86% em relação às receitas arrecadadas no ano para nesse fundo; d) Em relação aos investimentos no mês de dezembro do corrente ano, Adriano Scherer passou a informar sobre os resultados obtidos com as carteiras de investimentos. No Fundo de Previdência, a rentabilidade auferida no mês de dezembro não alcançou a meta atuarial devido a incertezas provocadas pelo contexto político/econômico; os rendimentos auferidos foram de R\$ 2.585.142,36, o que, em termos percentuais, representa 0,93%, e meta atuarial de 1,03%. A rentabilidade no ano é positiva e alcança o montante de R\$ 28.281.228,49, ou 10,53%, frente a uma meta atuarial acumulada no ano de 11,07%, com patrimônio total de R\$ 279.866.245,63. Em relação ao Fundo de Saúde, a rentabilidade auferida no mês ficou abaixo da meta CDI, alcançando R\$ 318.599,41, o que, em termos percentuais, representa 1,10%, e meta de 1,12%. A rentabilidade no ano é positiva e alcança R\$ 3.391.398,02, ou 12,12%, ficando muito próxima à meta CDI acumulada no ano de 12,38%, com patrimônio total de R\$ 30.668.578,52. Adriano Scherer, esclareceu que a meta atuarial do ano para fundo de previdência não foi alcançada faltando apenas 0,54% para que fosse atingida, tendo como fator preponderante os desdobramentos econômicos originários na situação política vivenciada no mês de novembro/22, que acabaram prejudicando o resultado da carteira de investimentos. Por fim, quanto ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, a Diretora Fabiana informou que, conforme relatório atualizado do CADPREV, a validade foi renovada até a data de 08/06/2023. Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata, que será assinada por mim, **Renato Costa**, e demais presentes.